

DECISÃO DA MESA DIRETORA

Representação nº: 002 de 02 de setembro de 2025.

Representante: Marlúcia Rosa Vicente

Representada: Ana Cláudia Saêta Mendes Ferreira.

1 – RELATÓRIO:

Trata-se recurso oriundo da representação apresentada pela Vereadora Malu Protetora em face da Vereadora Ana Cláudia Saêta, visando à apuração de suposta conduta irregular consistente em ter esta autorizado o transporte de advogado estranho aos quadros parlamentares e administrativos do Poder Legislativo, conduta que não se amoldaria em qualquer hipótese de interesse público ou necessidade institucional.

Registra-se que a representação foi lida em Sessão Ordinária realizada em 02 de setembro de 2025, não obstante não tenha sido previamente incluída na pauta da referida sessão. Ressalte-se, ainda, que o respectivo protocolo ocorreu somente em momento posterior, embora na mesma data.

Recebida a representação por esta Mesa Diretora, foi determinado, em 04 de setembro de 2025, o arquivamento do feito, por ausência de indícios de quebra de decoro parlamentar e de afronta aos princípios constitucionais e de lesão ao erário.

Em 15 de setembro de 2025, a representante protocolizou recurso contra a decisão da Mesa Diretora que determinara o arquivamento da representação, tendo a leitura do referido recurso ocorrido na Sessão Ordinária realizada em 16 de setembro de 2025.

É o relatório. Decidimos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO:



De início, impende destacar que o presente recurso se mostra **tempestivo**, porquanto interposto por escrito dentro do prazo regimental de **07 (sete) dias**, contados da ciência da decisão proferida pela Mesa Diretora, a qual determinou o arquivamento da representação. Tal entendimento encontra amparo no disposto no parágrafo único do artigo 15 da Resolução nº 004, de 27 de junho de 2017, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, em consonância com o artigo 145 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Dessa forma, **conhece-se do recurso interposto**, uma vez preenchido o requisito de tempestividade.

No tocante ao **mérito recursal**, entendemos que este resta prejudicado.

Contudo, antes de adentrar à prejudicialidade acima mencionada, cumpre ressaltar aspectos relevantes acerca do procedimento recursal no âmbito do Poder Legislativo de Pires do Rio.

Pois bem. Inicialmente, cumpre esclarecer que o parágrafo único do artigo 15 da Resolução nº 004/2017, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa Legislativa, dispõe expressamente que *“da decisão, ou em caso de omissão, caberá recurso ao Plenário, na forma prevista no Regimento Interno da Câmara”*.

Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa Legislativa disciplina o instituto do recurso em seus artigos 144 e 145, os quais assim dispõem:

Art. 144. Da decisão ou omissão do Presidente, caberá recurso ao Plenário nas seguintes matérias:

I – Questão de Ordem;

II – Representação ou proposição de qualquer Vereador, de Líder, de Comissão ou da Mesa Diretora;





Poder Legislativo
PIRES DO RIO

III – Das matérias de sua alçada, referidas nos arts. 122 e 123 deste Regimento Interno;

IV – Rejeição de proposição.

Parágrafo único: Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo a decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 145. O recurso deve ser formulado por escrito, devendo ser proposto dentro do prazo de sete dias, contados da ciência da decisão.

§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de sete dias, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final, que terá o prazo de dez dias úteis para emitir Parecer.

§ 2º Emitido o Parecer, o recurso será incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária seguinte, para deliberação pelo Plenário.

§ 3º Provido o recurso, o Presidente deverá observar a decisão do Plenário, devendo cumpri-la, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Diante desse contexto, embora o *caput* do artigo 144 do Regimento Interno preveja que caberá recurso da decisão do Presidente ao Plenário em situações previamente estabelecidas, cumpre salientar que o próprio Código de Ética e Decoro Parlamentar remete ao procedimento recursal nos termos do Regimento Interno. Nesse sentido, verifica-se que o referido procedimento recursal, originalmente previsto para decisões do Presidente, é igualmente aplicável às decisões proferidas pela Mesa Diretora.

Isto posto, o § 1º do artigo 145 do Regimento Interno faculta ao Presidente, e, por analogia, à Mesa Diretora, a prática do denominado juízo de retratação, consistente na reconsideração da decisão anteriormente proferida.

Isto posto, não obstante o recebimento da representação pela Mesa Diretora e a posterior deliberação acerca de seu arquivamento, tal procedimento não deveria ter se concretizado, haja vista que foram desconsideradas as normas regimentais aplicáveis ao processamento da referida representação.

A representação em análise encontra-se eivada de vício insanável, uma vez que foi apresentada de forma **verbal** durante a Sessão Ordinária realizada em 2 de setembro de 2025, **sem prévia inclusão na pauta da referida sessão**, o que, a nosso ver, configura afronta aos princípios do devido processo legal aplicáveis à instauração de procedimento dessa natureza.

Referida **inobservância regimental** contamina todo o procedimento até então realizado, por violar o Princípio da Legalidade, norteador da Administração Pública, bem como o devido processo legal, previsto no artigo 17, *caput*, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, tendo em vista que a representação **não foi previamente incluída na pauta da sessão** em que deveria ser lida, devendo tal inclusão ocorrer com antecedência mínima de **06 (seis) horas**, conforme dispõe o artigo 96, parágrafo único, combinado com o artigo 89, ambos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Inclusive, referido entendimento foi igualmente adotado no julgamento do recurso interposto na Representação nº 001, de 2 de setembro de 2025, a qual também foi recebida em descompasso com os preceitos regimentais, tendo sido posteriormente provida em Juízo de Retratação desta Mesa Diretora.

Desta feita, diante do vício evidente constatado nesta ocasião e visando resguardar a imparcialidade e a simetria das decisões desta Mesa Diretora em casos análogos, decide-se não dar provimento ao recurso interposto, por restar prejudicado, e revogar, **de ofício**, a decisão desta Mesa que determinou o arquivamento da Representação nº 002, de 2 de setembro de 2025, **para que fique formalmente registrada a presente deliberação em resposta à mencionada representação.**



Considerando a prejudicialidade constatada no mérito do recurso, e em razão da consequente revogação e substituição da decisão anteriormente proferida no presente procedimento, proferida de ofício, deixa-se, nesta oportunidade, de encaminhar o recurso à Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final para emissão de parecer, nos termos do artigo 145, § 1º, do Regimento Interno.

Contudo, informa-se à parte recorrente que poderá apresentar, tempestivamente, novo recurso perante esta Mesa Diretora, refutando os argumentos ora expostos, os quais seguirão o trâmite regimental e, se for o caso, serão submetidos a posterior Juízo de Retratação, ou poderão ser encaminhados diretamente à Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final para emissão de parecer.

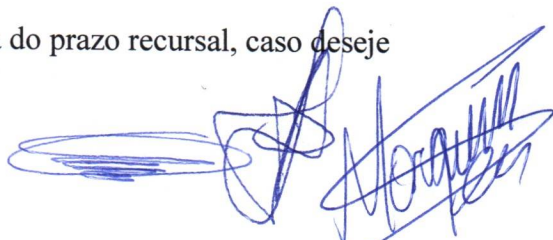
3 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, por **unanimidade** dos integrantes desimpedidos da Mesa Diretora e em **Juízo de Retratação**, nos termos do artigo 145, § 1º, do Regimento Interno, **CONHECE-SE** do recurso interposto e **NEGA-SE PROVIMENTO**, por restar prejudicado o mérito, porquanto constatado, de ofício, o vício formal da Representação nº 002, de 02 de setembro de 2025.

De **ofício, determina-se a revogação e substituição da decisão desta Mesa Diretora que determinou o arquivamento da Representação nº 002, de 2 de setembro de 2025, em razão da presente deliberação**, por ter a referida representação sido apresentada de forma verbal e sem prévia inclusão na pauta da sessão, com antecedência mínima de 06 (seis) horas, o que eiva de nulidade formal todo o procedimento, conforme dispõe o artigo 96, parágrafo único, combinado com o artigo 89, ambos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Comunique-se o Plenário acerca desta decisão.

Igualmente, comunique-se à representante acerca do prazo recursal, caso deseje interpor novo recurso contra a presente decisão.





Poder Legislativo
PIRES DO RIO

Preclusa a decisão e não havendo outros requerimentos, archive-se a Representação nº 002, de 02 de setembro de 2025.

Câmara Municipal de Pires do Rio, 22 de setembro de 2025.

Subtenente Lucin

Vice-Presidente

Marquim Megasom

1º Secretário

Leandro Poloniato

2º Secretário